

Deolinda de Sousa Ramalho

Departamento de Sociologia e
Antropologia, Universidade Federal
da Paraíba.

Degradação ambiental urbana e pobreza: a percepção dos riscos

Apesar dos temas relacionados com a questão ambiental se incluírem cada vez mais em todos os discursos atuais, constata-se que, à medida que aumenta o conhecimento sobre os problemas ambientais, se acelera também a degradação do meio ambiente, podendo-se, portanto, afirmar que se vive numa “sociedade de risco”. Esta problemática está de acordo com a colocação de Beck quando afirma:

“A sociedade de risco não é uma opção que se pode escolher ou rejeitar no decorrer de disputas políticas. Ela surge na continuidade dos processos de modernização autônoma, que são cegos e surdos a seus próprios efeitos e ameaças. De maneira cumulativa e latente, estes últimos produzem ameaças que questionam e finalmente destroem as bases da sociedade industrial (Beck, 1997: 16)”.

O papel do Estado, neste sentido, tem sido vago, complexo e muitas vezes contraditório, resultando numa rápida acumulação de vulne-

rabilidade. O projeto de desenvolvimento tal como concebido pelas sociedades ocidentais não produziu os benefícios previstos nas condições de vida das pessoas, contribuindo para o crescimento da pobreza e exclusão social, aumentando as desigualdades e a degradação do meio ambiente, incidindo mais diretamente ao nível do cotidiano e da família, sobre mulheres e crianças. Uma das causas principais da problemática ambiental se encontra nos efeitos ambientais causados pela implantação de um estilo de desenvolvimento que mantém a insatisfação das necessidades da maioria da população e compromete drasticamente o equilíbrio planetário (Yunén, 1997).

A forma acelerada como vem se dando a urbanização faz com que os aglomerados urbanos cresçam de maneira desordenada e caótica, com infra-estrutura física, habitações e serviços altamente vulneráveis, avolumando ainda mais os problemas ambientais, sendo precisamente nes-

tes locais, onde maiores condições de risco existem para a população. É cada vez mais notório um cenário urbano crescentemente não só ameaçado, mas diretamente afetado por riscos e problemas ambientais.

No Brasil, este aspecto se torna muito presente uma vez que, o grau de urbanização da população brasileira, acompanhado pelo crescimento da pobreza, já ultrapassou a casa dos 75%. As projeções populacionais apontam que, até o ano 2000, a população brasileira vivendo nas áreas urbanas deverá ser de 136 milhões, o que representará 80% do total populacional (Taschner, 1992).

Atualmente cerca de 75 milhões de pessoas que vivem no Brasil urbano não dispõem de esgoto sanitário; 20 milhões não contam com água encanada e somente 60 milhões dispõem de coleta de lixo. No Nordeste, o grau de urbanização, em 1991, já era de 60,7%, e para o estado da Paraíba, esta mesma figura era de 64,1%; o número de pobres no

estado era cerca de 49% da população total e provavelmente tenha aumentado com a seca e a crise econômica vivenciada nos últimos anos. Só 4,9% da população do estado possuía esgoto urbano tratado em estação de tratamento (Relatório sobre Desenvolvimento Humano no Brasil, 1996). Pela primeira vez, a taxa de crescimento da população rural nordestina foi negativa, com perda de mais de 550 mil pessoas. Um vasto contingente de migrantes pobres rurais tem se dirigido para os centros urbanos e sem condições de adquirir uma moradia, vão residir em assentamentos clandestinos, sem qualquer tipo de infra-estrutura, expondo-se a todo tipo de riscos, exacerbando ainda mais o crescimento da pobreza, a degradação ambiental e a vulnerabilidade urbana. É o problema do campo refletido na cidade.

Este trabalho analisa a degradação sócio-ambiental em áreas periféricas de Campina Grande, notadamente aqueles problemas mais comuns em nível da comunidade e da unidade familiar, a partir da teoria social dos desastres, enfatizando a questão dos riscos e como as pessoas reagem em sua vida cotidiana aos impactos da degradação ambiental. Desse modo, os problemas ambientais são identificados segundo as percepções da população, ante a situação de risco em que vive. Mais especificamente, procura conhecer a estrutura de racionalidade – percepção/conscientização dos riscos e identificar as estratégias de sobrevivência cotidiana da população em situações de risco.

Os dados da pesquisa foram obtidos através de entrevistas semi-estruturadas realizadas em três áreas periféricas de Campina Grande em 1994 e 1995. Para se obter um conhecimento mais aprofundado da questão ambiental, utilizou-se a história de vida e observação participante de algumas pessoas mais representativas das comunidades estudadas. A partir daí, foi possível perceber diferentes visões e papéis, o espaço onde atuam, os lugares onde essas pessoas exercem poderes e como percebem os riscos e convivem com os problemas sócio-ambientais.

Meio ambiente urbano, e riscos: a necessidade de uma nova racionalidade.

Pensar e trabalhar ambientalmente supõe uma nova racionalidade e, portanto, toda uma revisão da teoria e da práxis social (Yúnén, 1997). As primeiras tentativas de definir o meio ambiente urbano partiram das características próprias dos ecossistemas naturais, que colocavam, como antagônicas, a cidade e a natureza, como se estas fossem entidades estáticas dissociadas e independentes entre si.

Logo surgiram as críticas a esta interpretação e a necessidade de uma nova racionalidade. A cidade deve ser vista como um produto social. O meio ambiente urbano é histórico, espacial e socialmente determinado. Constitui-se modificando e transformando a natureza, dando origem a um ambiente novo que combina o social com o natural (Lavell, 1995). Toda sociedade, por mais primitiva

que seja, se adapta ao meio ambiente natural sobre o qual atua, modificando-o e, não necessariamente, destruindo-o.

Uma das categorias básicas do ambientalismo crítico é o ESPAÇO SOCIALMENTE CONSTRUÍDO que deriva das inter-relações entre a sociedade e a natureza. O significado humano do espaço implica que, para entender a concretização de formas e estruturas espaciais em um momento e lugar historicamente determinado, é necessário integrar a análise social com a evolução histórica dessa sociedade e seu território, as características fisiográficas de dito território e os fatores externos que têm influenciado tanto a sociedade como o território. Porém,

“junto con ese espacio también se va definiendo un ambiente que está constituido por las interrelaciones entre lo construido, lo natural y lo social, y que también está influenciado por la dinámica interna de dicho espacio, así como de otros factores externos (Yúnén, 1997: 76).”

Os modelos de desenvolvimento assumidos pelos países emergentes baseados na racionalidade ocidental, que traz em seu bojo a negação da natureza e a idéia de infinitude e progresso indefinido têm gerado uma série de problemas que se tornam evidentes na deterioração da qualidade de vida da maioria da população.

Uma análise desses problemas requer uma visão holística do espaço urbano para entender o construído

e, a partir deste elemento, estabelecer as inter-relações entre o espaço construído com o espaço natural e o social. Trata-se, portanto, de compreender as inter-relações vinculadas com a construção social do espaço que não é totalmente físico nem totalmente social. Há necessidade de se apreender como se estabelecem certas interações, a fim de que a espécie humana influa favoravelmente sobre o meio ambiente. Para isto, é preciso um enfoque abrangente da cidade que conte de forma integrada com o aporte das ciências sociais e naturais, para que não haja um privilegiamento da natureza em detrimento do homem e vice-versa.

“Este nuevo enfoque corresponde a una complejización y ampliación del enfoque de la ciudad mediante la introducción, por parte de las diferentes disciplinas, de nuevos objetos tradicionalmente analizados por otras ciencias. La complejización y ampliación se efectúa en doble sentido: por un lado las ciencias sociales tratan de integrar objetos tradicionalmente consagrados a las ciencias naturales, físicas y biológicas (en el sentido amplio), y por el otro, las ciencias naturales se inclinan hacia un medio totalmente antropizado, la ciudad, que hasta ahora habían dejado casi completamente de lado (Metzger, 1995: 7 e 8)”.

A cidade não pode ser entendida à margem das condições sociais, pois o natural não determina as qualidades essenciais da cidade. A cidade é uma unidade de organização e funcionamento da vida biológica e social.

O ambiente urbano é o processo de troca entre a base natural de uma cidade, a respectiva sociedade ali existente e a infra-estrutura construída. Por conseguinte, o ambiente urbano é o resultado de diversos processos de interação entre as três instâncias: a humana ou social, a natural e a construída. Cada uma dessas instâncias é, ao mesmo tempo, condicionante e resultante uma da outra. Os problemas ambientais se definem quando se alteram os elementos ou situações de um lugar, de maneira que atentam contra a qualidade e quantidade ou diversidade dos recursos humanos naturais e do meio construído, de tal forma que dificulte ou impeça o desenvolvimento sustentável de determinado local, deteriorando-se a qualidade de vida (Yúnén, 1997).

Dado o atual modelo de desenvolvimento, a velocidade do processo de urbanização que ora experimentam as cidades brasileiras, a condição sócio-econômica de seus atores sociais, a ausência ou mesmo inexistência de ajuste estrutural, a combinação do natural com o social – Homem x Natureza – de que fala Lavell, e que determina o processo de conformação das cidades, têm transformado o contexto urbano em verdadeiro cenário de riscos.

A noção de meio ambiente urbano remete a uma multiplicidade de fenômenos, percebidos como gerados de problemas na cidade, como a qualidade da água, o saneamento, as condições de habitação e de vida na cidade etc. Sua deterioração representa riscos nem sempre claramente identificados que afetam di-

reta e continuamente o cotidiano das famílias (Metzger, 1995).

Existem múltiplas definições e tipos de riscos. Wilches-Chaux (1993) entende risco como qualquer fenômeno de origem natural ou antrópica, que provoque uma mudança no meio ambiente ocupado por uma determinada comunidade, que seja vulnerável a este fenômeno; está relacionado à capacidade de prever e ajustar-se que tem uma sociedade (Herzer, 1994).

Por mais que se tenha conhecimento do risco, este nunca é total. Metzger (1995) ressalta o reconhecimento hoje, do caráter irreduzível do risco e sua necessária integração ao manejo da cidade. Viver em risco faz parte da normalidade da vida em sociedade, não pode ser eliminado porque a realização do dano depende de eventos futuros. Isto se deve, segundo Lavigne (1988), citado por Metzger (1995), à própria natureza do risco que está sempre oculta, é potencial, o que o diferencia do desastre ou acidente, podendo, portanto, ser visualizado, interpretado, avaliado e manejado de distintas formas, por diferentes culturas e sistemas políticos (Lavigne, 1988; Metzger, 1995; Giddens, 1991).

São essas manifestações sutis, ocultas dos riscos que devem ser alertadas, pois, diferentes dos desastres, os riscos são permanentes, contínuos, se reproduzem e geram, com frequência, principalmente com o processo de modernização e acentuação da pobreza, situações totalmente inapropriadas para a sobrevivência

humana, mas que, muitas vezes, passam despercebidos. A existência dos riscos não provoca o impacto das grandes catástrofes, por se dar num contínuo e prolongado período e numa degradação lenta de energia da população e da natureza. O risco não tem significado absoluto, não se justifica por si mesmo, mas sim pela interação de dois elementos indissociáveis, o físico e o social (d'Escole citado por Metzger, 1995).

Para que os riscos sejam minimizados, é preciso uma reflexão científica sobre estes, colocando os cientistas numa posição chave (Beck, Giddens e Lash, 1997; Bruseke, 1997).

Assim, é que dada a natureza do risco, duas questões se colocam: a primeira diz respeito a que tipo de risco pode ser controlado; a segunda se refere à aceitabilidade do risco. Há um nível de aceitabilidade do risco e este está relacionado com a preservação da vida. A conquista da segurança é substituída por um problema do manejo dos riscos. Quando um risco põe em cheque a sobrevivência dos membros de uma comunidade, este torna-se um desastre, ou seja, chega-se ao ponto culminante do risco, sua revelação, sua materialização.

No que se refere a riscos que podem ser controlados, esta distinção está relacionada a alguns desastres mais previsíveis e mais controláveis que outros. O impacto de um fenómeno físico extraordinário sobre a sociedade – as secas, as inundações, os terremotos -conhecidos como desastres naturais ou, numa

perspectiva mais tradicional, como “Atos de Deus”, são tidos como mais difíceis de serem controlados do que aqueles causados diretamente pela ação dos homens. Não se deve esquecer, entretanto, que desastre é resultado da ação do homem, é um processo social induzido, um produto da inter-relação da natureza com a sociedade. O impacto do fenómeno, seja natural ou socialmente provocado, dependerá da estrutura econômica, política e social de cada sociedade. Qualquer evento natural constitui um risco para uma determinada sociedade, na medida em que esta não tenha um conhecimento total de sua frequência, magnitude ou forma de apresentação (Herzer, 1994; Metzger, 1995).

Meio ambiente, pobreza e riscos

Embora não seja direta a relação entre pobreza e risco, a pobreza aumenta a exposição aos riscos (Kreimer e Munasinghe, 1992; Leonard, 1992; Herzer, 1994; Stroh, 1995; Alier, 1995; Blaike, 1994).

Há certos tipos de riscos que transcendem as diferenças sociais e econômicas. São os chamados riscos globalizados, que afetam todos ou ao menos grande quantidade de pessoas no planeta como, por exemplo, a destruição da camada de ozônio, as mudanças climáticas, entre outras. É o que corresponde, hoje, à chamada crise global de civilização, em que vivemos e, portanto, não se refere somente ao comprometimento específico de certas classes sociais. Entretanto, há muitos riscos que são diferencial-

mente distribuídos entre ricos e pobres. O risco causado pela degradação ambiental no contexto urbano, gerado por construções inadequadas, em locais perigosos, contaminação ambiental dentro da casa, falta de saneamento básico e tantos outros, tornando as pessoas mais susceptíveis à moléstias como doenças respiratórias, de pele e diarreias, é característico da população mais pobre e afeta mais diretamente a mulher e as crianças por serem, em geral, elas que permanecem mais tempo no ambiente da casa.

Apesar de não ser direta a relação entre pobreza e degradação ambiental, os seus efeitos indiretos são visíveis, mediatizados por outras variáveis intervenientes (Stroh, 1995). O círculo vicioso da degradação ambiental, no país, tem como centro de referência um modelo de desenvolvimento, cujo resultado contribui para o que, na perspectiva de (Wilches-Chaux, 1988), pode-se chamar vulnerabilidade global da sociedade.

A vulnerabilidade, segundo Wilches-Chaux, surge como consequência da interação de uma série de fatores e características que converge para uma comunidade ou sociedade determinada, tornando-a incapaz de responder a um risco determinado com o subsequente desastre.

Em seu ensaio conceitual, Wilches-Chaux (1994) discute e classifica dez formas ou níveis de vulnerabilidade que uma comunidade ou sociedade pode enfrentar: a física, a

econômica, a política, a social, a ideológica etc. Cada uma delas constitui apenas um caso particular da análise do fenômeno global, além de que estas diferentes vulnerabilidades estão estritamente relacionadas entre si. Assim é que, por exemplo, as condições que geram a degradação ambiental não são exclusivamente causadas pela vulnerabilidade física, mas também pela social. Esta última pode até se considerar como mais grave, visto ser uma condição que permanece de forma mais contínua no tempo, não sendo tão explícita como a vulnerabilidade física e que está intimamente ligada a aspectos culturais e ao nível de desenvolvimento das comunidades (Arboleda, 1994), podendo muitas vezes passar despercebida. Neste mesmo sentido, Giddens (1991:135) tem colocado: “O caráter acentuadamente contrafactual da maior parte dos riscos conseqüentes está intimamente vinculado à insensibilidade que uma listagem deles tende a promover”.

Campbell (citado por Leonard, 1992) divide os problemas urbanos que afetam os pobres, em duas categorias principais: a primeira, refere-se aos dilemas do meio micro ambiental, a casa e seu meio ambiente imediato e o segundo são aqueles existentes no meio físico social mais amplamente descritos e, na maior parte, administrados ao nível das políticas públicas.

Nas áreas objeto da presente pesquisa, sobram dados tanto em nível quantitativo como qualitativo, para comprovar a situação de miséria da população que aí reside. Nelas, es-



tão presentes níveis acentuados de todas as formas de vulnerabilidade gerando um modelo que poderia ser representado como na Figura 1.

Embora as favelas em Campina Grande não estejam sujeitas a grandes e súbitos desastres de natureza geológica, pode-se, pela condição de pobreza de população, pela degradação ambiental que se amplia a cada dia nas casas e nas ruas – à medida que esses aglomerados vão se tornando mais densamente povoados e o poder público ignora a situação – considerar estas áreas como de alto risco. Elas apresentam condições de subnormalidade, seus habitantes têm níveis de renda muito baixos, que os impossibilitam de atender não só às condições básicas de alimentação, educação e saúde, como também de moradia. Eis o relato de um líder do Tambor sobre a questão:

“Por que existe favela? Existe favela porque o povo não tem moradia, não tem condições, o povo ganha um salário de fome, de miséria... nós temos vindo aí um política habitacional do governo federal, que só tem direito a uma casa quem ganha de cinco a dez salários mínimo, o pobre que ganha o salário mínimo – quando ganha, vai ficar debaixo das pontes, nas estribarias... gente queria não miséria, não esmola e sim emprego, uma política habitacional para Campina Grande, para que o povo possa ter uma mora-

dia mais digna, você vê essas ruas aí contendo fezes ao ar livre...”

Na visão desse líder, o pobre, não dispondo de recursos para morar em local onde haja serviços básicos de infra-estrutura, dado o preço dos terrenos ou do aluguel das terras beneficiadas, bem como a insensibilidade do poder público para com esta categoria, tem que degradar o meio ambiente para sobreviver, agravando seriamente a sua vulnerabilidade, criando uma situação que pode a qualquer momento desencadear num desastre – como é o caso da cólera – seguindo o padrão retratado no modelo. Neste sentido, veja-se o que falou um morador do Tambor:

“A maioria do pessoal aqui nem um banheiro tem para usar as higiênes, muitos coitados, usam as higiênes naqueles vasos, a senhora sabe qual é, ou no papel... faz as necessidades e joga no meio da rua ou atrás de casa.”

Das três áreas consideradas no estudo, todas possuem residências onde não há qualquer tipo de serviço sanitário. Na Cachoeira, a proporção é altíssima (56,0%); o Tambor apresentou um percentual de 39,7%, na época da pesquisa (novembro, 94) e hoje, acredita-se, que esta proporção seja bem maior já que, com a drenagem da lagoa, houve nova invasão. Em visita feita recentemente a este local, constatou-se que a situação agora é muito mais grave.

As pessoas estão morando dentro da lama, em barracos construídos com papelão.

Talvez por ser uma favela bastante antiga, com pouca mobilidade espacial, onde a maioria de seus habitantes já está nesta área há mais de sete anos (56,0%), a favela da Lama é a que apresenta menor proporção de residências sem serviço sanitário (10,4%) mas, ao mesmo tempo, as famílias, de um modo geral, convivem cotidianamente com os esgotos da própria casa, da comunidade e dos bairros vizinhos. Com a construção de galerias de forma inadequada e irresponsável, deixando-as todas entupidas, as fezes, urina e outros dejetos não têm local para onde escorrer e transbordam dentro das próprias casas, havendo uma total contaminação do meio ambiente do cotidiano das famílias. São os dilemas do meio microambiental na classificação de Campbell (1994) resultado da falta de saneamento nas residências, da convivência com o lixo, com os insetos, bem como da falta de educação dos pobres sobre saneamento ambiental e moradia.

Os mais prejudicados pelos efeitos dos dejetos domésticos, do acúmulo de lixo, da falta de higiene do lar existentes nestas áreas, são as mulheres e as crianças, já que convivem mais tempo no ambiente da casa. É comum ver as crianças descalças, muitas vezes, até sem roupas, brincando com a água dos esgotos. Doenças causadas por falta de saneamento básico, da convivência com os esgotos são responsáveis por vários tipos de mortes. Das famílias entrevistadas

na presente pesquisa, 60,6% delas afirmaram haver perdido filhos com menos de um ano de idade, enquanto que as mulheres estão sempre se queixando de problemas de saúde como verminose, problemas respiratórios e de pele, além de o nível de incidência de tuberculose ter aumentado.

Embora pobreza, risco e vulnerabilidade não sejam sinônimos, eles estão frequentemente relacionados. Níveis baixos de renda e desemprego exacerbam tanto a pobreza quanto a degradação do meio ambiente. Dada a elevação do número de pobres no contexto urbano e a necessidade destes de degradar o meio ambiente para sobreviver tendo em vista a ausência de programas de desenvolvimento que os contemple, dois desafios, vistos por alguns estudiosos como contraditórios, se colocam para se atingir um desenvolvimento sustentável: a redução da pobreza e conseqüentemente da fome e a proteção do meio ambiente. Para minimizar os riscos, deve-se ressaltar ainda, a necessidade de ampliar a consciência da população, lembrando que não é só o pobre que degrada o ambiente. Isto implica, principalmente, em mudanças das práticas e valores sociais dos atores envolvidos e das formas de organização social. Para isto, é necessário que a população esteja mais envolvida e motivada e que, ao mesmo tempo, seja capaz de visualizar e questionar a falta de iniciativa dos governos para implementar políticas pautadas pelo binômio sustentabilidade e desenvolvimento.

A percepção dos riscos

A análise dos problemas ambientais das comunidades aqui estudadas possibilita verificar as percepções dos moradores, suas atitudes, crenças e valores no que se refere aos problemas relacionados ao meio ambiente, no cotidiano familiar, na comunidade. A importância atribuída a esta questão pelo poder público, também é ligeiramente discutida.

Entender e analisar o imaginário das populações periféricas é de vital importância para se compreender o comportamento da população frente aos riscos. Só a partir daí, é possível traçar programas de desenvolvimento compatíveis com suas reais necessidades e aspirações. Vários estudiosos na área dos desastres, da degradação ambiental, particularmente Maskrey (1994), Arboleda (1994), Norman et. al. (1979) citado por Nsiahgyebach (1994), têm enfatizado a riqueza destas percepções e a necessidade de se proporcionar formas pela qual a população possa ser capaz de enxergar seus próprios problemas, para que, assim, possa atingir um conhecimento “competente” no sentido usado por Habermas (1987) dos riscos a que estão sujeitos e, a partir daí, na medida do possível, criar estratégias para evitá-los ou pelo menos minimizá-los.

Para definir medidas a serem implementadas por agências de desenvolvimento, prefeituras e Estados, condizentes com as aspirações da população, estas medidas têm que partir da interação e integração en-

tre os técnicos e a população a ser beneficiada pelo programa

“La lectura acerca de la vulnerabilidad y el riesgo de los geofísicos, hidrólogos, ingenieros, planificadores, etc. puede llegar a ser muy diferente de la lectura o el imaginario que tienen las personas y las comunidades expuestas. Por esta razón es necesario profundizar, también, el conocimiento acerca de la percepción individual y colectiva del riesgo e investigar las características culturales, de desarrollo y de organización de las sociedades que favorecen o impiden la prevención y la mitigación... Un enfoque sociológico de los desastres y del riesgo podría llegar a ser más ambicioso y prometedor, en particular, en los países en desarrollo en donde los modelos tradicionales de planificación no han arrojado resultados satisfactorios debido a la dinámica de sus eventos sociales (Arboleda, 1994: 6)”.

O conhecimento detalhado da problemática por parte de todos os atores envolvidos na questão faz parte do sucesso de qualquer programa. É de máxima importância a ação integrada de vários atores na busca de soluções para os problemas suscitados pela degradação ambiental.

Como já vem sendo colocado e discutido ao longo deste trabalho, muitas das situações de risco são criadas pela própria população, cujo conhecimento ainda não atingiu um nível de competência necessário para enxergar determinados aspectos que poderiam ser evitados, sem necessidades de gastos extras. Esta situação atinge de forma mais acentuada a população pobre que, por não pos-

suir alternativa de sobrevivência ou mesmo pelo próprio desconhecimento do que está causando, degrada o meio ambiente até mesmo em nível de moradia. Kastenbaun, citado por Evans (1994), tem chamado atenção para esta questão, quando coloca que um elemento pode não ser visto como uma catástrofe, se caos e problemas fazem parte da vida cotidiana. A pouca visibilidade dos problemas gerados pela degradação ambiental está relacionada com o domínio cultural em que vivem os pobres. Isto tem implicações políticas, ocasionando em geral, passividade. Há portanto, necessidade de fornecer melhores condições para o pobre, a fim de que este, possa conviver no mundo social e político de que faz parte (Ramalho, 1992 e 1996).

Por outro lado, também, apesar de ser dever do Estado subsidiar famílias carentes para que melhore suas condições de habitabilidade, nas áreas estudadas, sequer a implantação de infra-estrutura básica tem sido realizada. O poder público olha para estas áreas com indiferença, “só anda aqui na época da política, promete mas não faz nada, depois desaparece” é a frase que mais se ouve falar quando questionados – os moradores das áreas estudadas sobre o que o poder público tem realizado. Zonas degradadas viram lugar comum, hábito, uma “normalidade” servindo, muitas vezes, como válvulas de descompressão para resolver contradições situadas muito além das fronteiras urbanas. O poder público, principalmente o municipal, que é o que se situa mais próximo da população, e que deveria cuidar dos assuntos do cotidia-

no, não dá o devido peso à questão da degradação ambiental em nível da comunidade, chegando até mesmo a ignorar a questão.

Campina Grande retrata bem esta problemática. Reflita-se sobre, o exemplo da limpeza pública: a cidade está tomada pelo lixo e, agora, não são só as áreas periféricas, mas também outros locais, inclusive bairros nobres. Saneamento básico quase não existe, na cidade os esgotos a céu aberto estão presentes em todos os lados. O poder municipal alega falta de verbas. Pelo mesmo motivo, há pouco tempo, a Secretaria do Meio Ambiente, que teve um período de existência muito curto, foi extinta, e parte de seus serviços agregado à Secretaria de Serviços Urbanos e Planejamento.

A falta de colaboração da população, entretanto, é vista pela prefeitura, como uma das grandes causas dos problemas do lixo na cidade; neste sentido, veja-se o relato de uma assessora do Secretário de Serviços Urbanos quando indagada sobre qual era o maior problema ambiental da cidade:

“O maior problema é o do lixo, ou melhor, é a educação das pessoas em termos de tudo, de lixo, de arborização, nem mesmo os bairros ricos são limpos a gente constata isso, a coleta passa regularmente, mas as pessoas insistem em não usá-la, coloca o lixo na rua ou no canal que é pior ainda, porque pra gente é muito mais difícil limpar o canal. A imprensa joga duro com a prefeitura, faz muitas críticas, nem quer saber da verdade, é um problema muito complexo. Tem gente que sai de sua

residência de carro e vem jogar o lixo em outros setores. Você pensa que os pobres são os que mais sujam, não é não, a classe média é a pior que tem”.

Se a questão da educação ambiental é tão séria assim, parece um contra-senso por parte do poder municipal, não priorizar as ações voltadas para a educação ambiental. Há necessidade de conscientização, de valores ecológicos, já que é a presença de valores segundo Heller, (1989) que determina um modelo de vida diferenciada entre demandas e contradições da sociedade civil. Offe (1984) denomina essas contradições assimiladas de mecanismos seletivos que regem a lógica das políticas públicas. Dentro dessa visão, o Estado, para Offe, age de acordo com normas da política geral.

Os efeitos adversos dos dejetos domésticos, o destino do lixo, o problema da mortalidade infantil, da saúde da mulher não são de importância menos global do que a construção de estádios, de parques de diversões e pode ser o maior de todos os problemas ambientais, hoje, nas cidades do Brasil e da América Latina. A superurbanização que vem experimentando este continente tem dado origem a uma série de fenômenos que se vinculam a uma patologia social, já que a cidade se tornou incapaz de proporcionar ocupação, habitação e serviços a uma parcela considerável da população nela estabelecida.

A relação entre demandas sociais e políticas públicas não é meramente causal, diversos fatores atuam como determinantes, na formulação de po-

líticas públicas. Na ausência de valores que determinem um modo de vida favorecedor da essência humana, no sentido colocado por Heller (1989), não é possível solucionar o atendimento às necessidades básicas da população.

Apesar de a sociedade estar começando a tomar consciência parcial dos perigos que ameaçam o meio ambiente, a ênfase tem sido colocada em problemas mais gerais, em temas relativos aos ambientes naturais, à floresta Amazônica – talvez seguindo o modismo dos países desenvolvidos – ignorando o fato de que mais de 75% da população brasileira está vivendo em áreas urbanas e que as projeções indicam que, no ano 2000, esta proporção será de 80%.

Ao crescimento da população urbana está também associado o crescimento da pobreza. Assim é que, nos países em desenvolvimento, os problemas sócio-ambientais adquirem características diferentes dos desenvolvidos; naqueles, a pobreza deverá também passar a ser objeto de reflexão ambientalista.

Dentre os valores fundamentais do indivíduo, está a preservação da vida. Torna-se, portanto, difícil para aquelas pessoas, que estão ainda lutando pela sobrevivência, pensar a questão ambiental mesmo no contexto restrito da moradia.

“O reordenamento de valores, de comportamentos e de visões da vida boa precisará partir da priorização das necessidades básicas da população. Estas necessidades são tanto materiais como não materiais, sendo que sua

busca nos oferece a oportunidade de redefinir o conceito de desenvolvimento (Hogan, 1995:22)”.

Sem desenvolvimento econômico social em nível global, na presença de desigualdades sociais profundas, pensar na possibilidade de uma civilização ecologicamente sustentável torna-se um sonho, uma utopia. A pobreza e a degradação ambiental devem ser combatidas simultaneamente. Deve-se romper com a visão limitada, positivista de que a técnica resolveria todos os problemas, de que a natureza é um poço de riquezas ilimitadas. A longo prazo, tal modelo de desenvolvimento não se sustentaria.

A solução deverá partir de um processo educativo dialógico de interação entre conhecimento e trabalho, com a participação de todos os países e de toda população, de forma que o resultado seria a transformação do imaginário desenformado, formal, num imaginário comunicativo, competente.

Enquanto as políticas públicas forem pautadas na injustiça social, no favorecimento de valores individuais, de interesses pessoais, as necessidades básicas da população não serão atendidas e os pobres continuarão mais pobres.

A consciência dos riscos é um dos caminhos possíveis a ser percorrido para minimizar a degradação ambiental (Metzger, 1994). Em países como o Brasil, a aceitação, legitimação e maturidade da problemática ambiental pelo poder público, torna-se urgente, a fim de que se pos-

sa dar maior atenção à degradação ambiental em áreas marginais. O desafio do poder público, seja municipal ou estadual, consiste em redimensionar seus recursos para enfrentar a batalha ora presente. Isto não se faz, porém, sem uma mudança de valores, sem a participação da população, dos pobres.

A melhoria do meio ambiente envolve portanto um processo, um conjunto de fatores econômico, político, social e cultural que atuam juntos. Mudanças significativas só podem ocorrer quando vários atores participam, dividindo seus conhecimentos, suas experiências, seus sentimentos e responsabilidades. Não cabe só ao Estado superar estes problemas, nem mesmo poderia fazê-lo sem a colaboração da população. As pessoas que vivem em áreas degradadas como excluídos têm também uma importante contribuição a dar. No entanto, para fortalecer as capacidades das pessoas que convivem diariamente com os riscos e que muitas vezes nem os percebem, é necessário um programa de educação ambiental no sentido de torná-los mais capacitados para enxergarem a importância da questão ambiental para sua própria sobrevivência e, assim, poderem intervir diretamente nos processos que afetam suas vidas, minimizando os problemas das áreas degradadas principalmente no cotidiano da moradia.

Há diferentes crenças, opiniões e percepções sobre a degradação ambiental, sobre o risco porque há vários elementos que influem neste processo. A percepção do risco está

vinculada às características sociais de quem o percebe, é portanto, uma construção social. Também, dependendo da natureza dos riscos, há aqueles que são súbitos, explícitos, prontamente visíveis e os que, muitas vezes, estão presentes no cotidiano das famílias, mas passam despercebidos. A moradia em áreas onde não existe serviço de infraestrutura, de coleta de lixo resulta num processo de degradação da comunidade, mas nem sempre as pessoas estão atentas, estando mais preocupadas em resolverem suas necessidades imediatas, mesmo que isto tenha que ser em troca da degradação no ambiente do lar.

A mais alta prioridade deve ser dada aos riscos mediatos criados pelas famílias de baixa renda, que carecem de proteção adequada contra seus próprios dejetos. Há muito o que fazer no que se refere à construção de casas, remoção de lixo, eliminação dos dejetos, construção de banheiros providos de descarga, linha de esgoto etc. Este é um caminho para prevenção.

Embora, em nível macro, a degradação ambiental esteja presente em toda a cidade de Campina Grande, penalizando toda a população, haja vista, a questão do lixo, dos esgotos, ela é mais acentuada nos estratos de menor renda. Uma caminhada atenta pelos bairros da cidade deixa bem claro a diferença. A omissão dos próprios moradores dos bairros totalmente desprovidos de infraestrutura, no tocante ao despejo de resíduos sólidos em locais não apropriados e o próprio descaso com o ambiente na vivência cotidiana no

âmbito da unidade familiar, fazem com que se agravem ainda mais as condições de vida da população.

Para compreender melhor esta questão, se buscou apreender o problema a partir da percepção dos moradores, no tocante ao contexto da moradia. De maneira geral, as questões se referiam às relações entre o que se detecta como origem e causa destes problemas e formas de ação para resolvê-los.

De forma generalizada, quando se pergunta qual o maior problema da comunidade, mesmo para aquelas pessoas vivendo em áreas totalmente degradadas, no meio da lama, dos insetos, dos roedores, do lixo, a questão ambiental não é a mais citada. A primeira referência é sempre à falta de emprego, à fome, o que comprova a dificuldade e talvez até a impossibilidade daquelas pessoas, que estão ainda lutando pela sobrevivência, pensarem a questão ambiental. Enquanto para as pessoas que estão fora daquele contexto o problema esteja explícito, visível, esta mesma percepção não é compartilhada pela população local. Percebasse, neste sentido, o que disse uma moradora antiga da Cachoeira – área cortada por um córrego altamente poluído por esgotos e lixo, sobre os problemas que o córrego poderia trazer:

“Essa sujeira aqui não ofende a gente aqui, só teve dois problemas de cola (cólera) mas porque uma muié trouxe de fora. A véia trabalhava no rogado e tinha um riacho e chegou doente, o neto dela adoeceu devido que pegou com ela e o resto não teve mais nin-

guém, mas essa cachoeira suja não me ofende, qui tem uma catinguinha danada dessa água preta correndo, eu mesmo sofro muito de falta de ar essa semana mesmo me atacou, eu tomo remédio e ele corta”.

Este relato comprova o grau de dificuldade que tem a população dos estratos sociais mais baixos em reconhecer o comprometimento do meio ambiente, o que concorda com Kastenbaun (1976), citado anteriormente, quando afirma que um elemento pode não ser visto como uma catástrofe se caos e problemas fazem parte da vida cotidiana. Muitos indivíduos parecem até resignados com a situação, apreenderam o fenômeno como um elemento normal de sua própria condição de pobre, já desenvolveram um processo de adaptação às condições extremas de vida e não vêem a degradação ambiental como um problema. Este tipo de visão limitada pode ter uma influência negativa para a solução dos problemas ambientais, dado que a minimização dos riscos é agravada pelo reconhecimento inadequado da ameaça.

O crescimento da proporção de pobres no contexto urbano é um fator que faz acelerar o processo de degradação urbana, notadamente no que diz respeito às relações entre o meio ambiente e o cotidiano das famílias, gerando um ciclo de convergências negativas, haja vista que é justamente nos espaços urbanos habitados por famílias de menor renda onde a degradação ambiental atinge níveis mais críticos Mas é também aí onde seus moradores não possuem cultura urbana ambiental,

que os leve a ter uma visão realista da realidade e a perceber com clareza seus problemas.

Aspectos ligados à questão ambiental só são falados quando diretamente indagados e, mesmo assim, nem todos os moradores conseguem manter um diálogo sobre esta problemática, pois não possuem conhecimentos para isto. Muitas vezes, a questão parece completamente estranha ao entrevistado; para a grande maioria, as palavras CALAMIDADE, DEGRADAÇÃO AMBIENTAL são totalmente desconhecidas, dificultando o sentido e o significado preciso destas palavras. Para ou-

tros, CALAMIDADE é “fome”, “doença”, “falta de dinheiro”, “falta de emprego”. A população não tem consciência do nível de ameaças ambientais, mostrando pouco envolvimento e preocupação a esse respeito. Embora viva em contato diário com os esgotos e com o lixo nessa população, o risco ambiental é absorvido pelas preocupações de sobrevivência cotidiana imediata, somando a marginalização econômica e ecológica.

Quando, porém, se insistiu na questão, provocando a discussão sobre a problemática ambiental, as queixas caíram diretamente sobre a infra-estrutura urbana, principal-

Quadro 1
Problemas ambientais que afetam as comunidades de acordo com a percepção dos moradores

Comunidades	PROBLEMAS (%)			
	Acúmulo de Lixo	Falta de Esgoto	Alagamento	Insetos e Ratos
Lama	31,30	17,39	23,48	20,00
Tambor	30,77	50,43	9,40	21,79
Cachoeira	41,00	40,00	33,00	34,50

Fonte: Pesquisa de campo. Campina Grande, 1994 - 1995.
OBS.: Uma resposta não exclui a outra.

Quadro 2
Principais causas dos problemas ambientais existentes na comunidade de acordo com a percepção dos moradores.

Comunidades	CAUSAS (%)		
	Pobreza	Ineficiência do Poder Público	Falta de Organização Comunitária
Lama	44,35	30,40	15,65
Tambor	43,59	25,64	13,25
Cachoeira	70,50	51,00	34,00

Fonte: Pesquisa de campo. Campina Grande, 1994 - 1995.
OBS.: Uma resposta não exclui a outra.

mente sobre aqueles aspectos que afetam o cotidiano mais imediato das famílias.

Conforme os dados apresentados no Quadro 1, os problemas mais enfatizados pelos moradores, quando diretamente questionados, são os problemas do lixo, a falta de esgotos, alagamentos mais por esgotos que por chuva e a invasão de roedores (ratos). As percentagens do quadro 1 comprovam o baixo nível de conscientização da população das comunidades estudadas. Os percentuais apresentados são baixos quando se sabe, de antemão, que esta problemática não é exclusiva de uma família ou pessoa isolada, mas de toda a comunidade.

O acúmulo de lixo aparece como o maior problema da Lama e Cachoeira. Já, o Tambor devido à presença da lagoa de detritos na área, a percentagem dos que fizeram referência à falta de esgoto ultrapassa à de lixo. Isto, entretanto, não significa que, no Tambor, o problema do lixo não seja grave.

Indagados sobre as principais causas dos problemas ambientais existentes na Comunidade, Quadro 2, eles atribuem ao fato de serem pobres, de não poderem residir em áreas onde existam melhores condições, pelo menos em termos de saneamento básico. Isto se deve ao fato de serem tão pobres que não podem comprar um terreno onde haja serviços de infra-estrutura, ou mesmo, alugar um imóvel, restando como última alternativa a invasão, desrespeitando assim as leis do coletivo local.

A ineficiência do poder público é também vista por muitos como responsável pelos problemas ambientais, hoje, presentes na cidade; em menor proporção, aparece também como responsável, a falta de organização comunitária. Em geral, as pessoas se sentem impotentes diante dos problemas ambientais a serem enfrentados, não havendo nenhuma disposição e mesmo incentivo para participarem de ações coletivas que possam modificar a situação. Na visão dos moradores, não é possível a minimização dos problemas ambientais urbanos a partir de ações individuais ou da comunidade. A solução tem que vir do poder municipal, convertendo um problema social em um problema político.

O povo, no sentido colocado por Zaluar (1985), tem uma grande força quando internaliza seus problemas, quando enxerga as conseqüências que estas podem trazer. Na ausência deste conhecimento, não existe motivação para lutar por melhores condições de vida, “conviver com os esgotos, com os alagamentos não incomoda”. Por incrível que pareça, há quem pense assim. Com esta visão, a comunidade não cria estratégias, nem se organiza para lutar por seus direitos, embora se saiba que pouco ela pode fazer sem o apoio do Estado e em condição de pobreza extrema.

A análise dos dados dos questionários aplicados, bem como das entrevistas realizadas, mostra que o pobre só se preocupa com as necessidades mais imediatas, como a questão de ter uma casa para morar, de ter água na torneira, mes-

mo que esta água não seja potável, não enxerga a qualidade. Em suma, dada sua visão limitada e a preocupação com a sobrevivência, o pobre não contribui para minimizar os riscos e, muitas vezes, cria os riscos até mesmo no contexto mais próximo da moradia. No cotidiano de suas vidas, o pobre cria soluções práticas para problemas tão complexos, como o da sobrevivência, manipula recursos precários, reformulando, assim, sua visão de realidade, alterando padrões de comportamento. Isto comprova seu potencial de ação (do pobre), da possibilidade de contribuir para a questão ambiental, entretanto ainda não considera esta problemática “ambiental” como prioridade e quando o faz se sente impotente, dado à situação em que vive.

Os dados do Quadro 3 mostram a atitude altamente dependente dos favelados em relação à ação municipal, órgão com quem esses moradores mantêm contato mais direto, para resolverem seus problemas. Os políticos também são citados como pessoas que deveriam fazer algo pela comunidade. Os moradores mais esclarecidos (líderes comunitários) questionam a necessidade de maior presença e envolvimento da comunidade com estas questões; vêm a necessidade de mudanças de atitudes das pessoas, citam o exemplo daqueles que jogam lixo nos córregos e terrenos baldios, às vezes, até mesmo no “terreno do vizinho”, como colocado por um entrevistado: “O que falta é educação”, neste mesmo sentido, se referiu ainda o morador do Tambor:

Quadro 3

Meios de ação para solucionar os problemas da comunidade de acordo com a percepção dos moradores.

Comunidades	MEIOS DE AÇÃO (%)			
	Estado	Prefeitura	Políticos	Comunidade
Lama	19,10	75,60	9,60	9,60
Tambor	7,60	77,80	6,80	2,10
Cachoeira	23,50	90,00	34,00	4,50

Fonte: Pesquisa de campo. Campina Grande, 1994 - 1995.
OBS.: Uma resposta não exclui a outra.

“O povo poderia fazer alguma coisa, mas o povo aqui é muito desorganizado, desunido, acomodado de braços cruzados, não vê esses problemas. Nós podia criar uma associação independente, eu fico lamentando que o povo não ajude, a gente convida para uma assembléia vem dez, vem vinte e o resto não vem. Aqui mesmo é um bom exemplo para mostrar que as pessoas para ir no palácio dos Bispos, na rua Rio Branco, para impressionar Cássio Cunha Lima (prefeito) para que a gente ficasse aqui no terreno que é da prefeitura, todos os seguimentos vieram, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos teve a Central Única dos Trabalhadores, nós tivemos todos os seguimentos da sociedade aqui, o problema pior de nosso país é que o povo não se organiza”.

A análise das formas de resolução dos problemas ambientais mostra, através da percepção dos moradores, que existe pouco conhecimento e ainda muito menos preocupação e interesse por parte da população a respeito das questões ambientais. Observa-se um baixo nível de identificação dos moradores com práticas de mobi-

lização e reivindicações, que impliquem em formas de organização coletiva. A forma para resolução dos problemas não é formulada com base nos seus direitos, na justiça, na sua condição de cidadão, mas toma-se, em geral, como referência o critério assistencial e paternalista do Estado. Todos os problemas são vistos como de responsabilidade do Estado: “a culpa é do governo que deveria dar mais assistência”.

Também não existe uma preocupação por parte do poder público, em superar o paternalismo estatal; isto gera, entre o pobre, uma dependência generalizada, real ou imaginária, tornando-o apático, desinteressado, dificultando muitas vezes sua própria iniciativa para mudar de situação.

Tirando lições e não conclusões

Este trabalho tentou centrar-se em uma análise da degradação sócio-ambiental no contexto urbano, notadamente naqueles problemas imediatos em nível da unidade fa-

miliar, a partir da teoria social dos desastres, com ênfase na questão dos riscos ambientais.

Dado o fato de Campina Grande não ser sujeita a terremotos, apresentar baixo relevo e não ser cortada por rios, é pequeno o número de favelas que apresenta riscos de natureza geológica. Entretanto, com base nos dados deste estudo e outras pesquisas anteriormente realizadas, pode-se afirmar: ***Há um processo generalizado de degradação sócio-ambiental das áreas periféricas, tornando a cidade um cenário de riscos a desastres.***

Se as causas não são de origem natural, surgem dois questionamentos: a) Quais são os fatores que levam ao processo de degradação ambiental das áreas periféricas? b) O que se pode fazer?

Os dados que resultam desta pesquisa, apesar de não terem força generalizante, por se tratar do estudo de uma realidade específica, levam a verificar que:

- Embora não seja direta, há uma relação entre degradação do meio ambiente em Campina Grande e pobreza. A grande quantidade de pobres, hoje residindo em áreas urbanas, totalmente desprovidas de infra estrutura, incluindo a moradia, gera um processo de degradação ambiental, no nível da casa e da comunidade, afetando diretamente o cotidiano das famílias. Desprovidas de condições mínimas de sobrevivência, os pobres têm que degradar o

meio ambiente para sobreviverem.

- A situação de risco em que vivem os pobres urbanos em Campina Grande se deve, em sua grande parte, à razões não naturais; a deterioração do meio ambiente resulta da ocupação indiscriminada do solo urbano, da precariedade ou mesmo inexistência de serviços básicos, da omissão do poder público e do desconhecimento de grande parte da população da situação de risco.
- Foi constatado um baixo nível de percepção, pouco conhecimento e envolvimento dos moradores face aos problemas ambientais. A grande maioria das pessoas, que habita a periferia da cidade, não considera o ambiente degradado onde vive como problemático. A todo tempo, a população está preocupada com a questão econômica, com as condições mais imediatas de sobrevivência como a moradia e a alimentação.

A ação urbana deve centrar seus esforços na luta contra a pobreza, na redução das desigualdades, na melhoria e conservação da qualidade do meio ambiente, no interior e no exterior da casa e da comunidade, estes são os problemas mais imediatos que atingem mais de perto a população pobre.

Naturalmente, se define de forma estreita – positivamente, pode-se dizer – a ligação entre diferentes responsabilidades pela degradação sócio-ambiental. A responsabilidade, porém, é de todos. A possibili-

dade de se ter uma sociedade sustentável não depende de grupos ou países isolados, isto só será possível quando toda a população estiver engajada neste processo, quando houver um senso de co-responsabilidade pela degradação da natureza. É também, portanto, uma questão política. Isolados da esfera política, aponta Hannah Arendt, os homens são incapazes de romper com a banalidade do mal, presentes em fenômenos sociais externos.

É preciso lembrar que, num contexto onde mais de 70% da população estão vivendo nas cidades, não haverá soluções possíveis dos problemas do meio ambiente e desenvolvimento sem o efetivo engajamento dos governos locais e das comunidades urbanas.

O desafio do poder público consiste em redimensionar seus recursos para enfrentar as batalhas ambientais. Trata-se, também, de uma opção ideológica – valorizar a questão ambiental – que tem a ver com formas de fazer política. O primeiro passo deve ser no sentido de redefinir as dimensões dos problemas ambientais na cidade, elaborar estratégias necessárias para melhorar o ambiente, a moradia familiar. A mais alta prioridade deve ser dada aos riscos mediatos, criados pelas próprias famílias que carecem de proteção adequada contra seus próprios dejetos, para que se possa evitar a destruição de homens, mulheres e crianças. Estes sim, são os problemas mais prementes dos países em desenvolvimento; deve-se, portanto, propor estratégias de minimização dos riscos, dos desastres que se-

jam compatíveis com as necessidades da população.

Bibliografia

- ALIER, JOAN MARTINEZ. **De la Economía Ecológica al Ecologismo Popular**. Montevideo: Editorial Nordan Comunidad, 1995.
- ARBOLEDA, OMAR DARÍO CARDONA. Prevención de Desastres: Estrategia para el Desarrollo Sostenible. In: *Conferencia Interamericana sobre Reducción de Los Desastres Naturales*. Memorialis. Tomo II Cartagena de Indias: Colombia, 1994.
- BECK, ULRICH. A Reinvenção da Política: Rumo a uma Teoria da Modernização Reflexiva. In: Anthony Giddens et alli. **Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- BLAIKIE, PIERS et. al. **At Risk. Natural Hazard, People's Vulnerability and Disasters**. Londres, Routledge. 1994.
- BRUSEKE, FRANZ JOSEF. Risco Social, Risco Ambiental, Risco Individual. In: *Ambiente e Sociedade*, Ano 1.Nº 1. NEPAN, 1997.
- EVANS, VICTORIA J. An Alternative Approach to Analyzing Perception of Environmental Hazard. In: *Conferencia Intera-*

- mericana sobre Reducción de Los Naturales. Momorialis.* Tomo II. Cartagena de Indias: Colombia, 1994.
- GIDDENS, ANTHONY. **As Consequências da Modernidade.** São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.
- HABERMAS, JURGEN. **Teoria de la Acción Comunicativa Vol. II. Crítica de la Razón Funcionalista.** Madrid: Taurus, 1987.
- HELLER, AGNES. **O Cotidiano e a História.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- HERZER, HILDA MARIA. Los Desastes: Consideraciones Conceptuales. In: *Conferencia Interamericana sobre Reducción de Los Desastes Naturales Memorialis.* Tomo II. Cartagena de Indias: Colombia, 1994.
- HOGAN, DANIEL JOSEPH. A Qualidade Ambiental Urbana: Oportunidade para um Novo Salto. In: *São Paulo em Perspectiva.* vol. 9, nº 3, 1995.
- KREIMER ALCIRA E MONHAN MUNASINGHE. Environmental Managment and Urban Vulnerability. *World Bank Discussion Papers*, 1993.
- LAVELL, ALLAN. Ciencias Sociales y Desastres Naturales En América Latina: Un Encuentro Inconcluso. In: Andrew Maskrey (Compilador) **Los Desastres No Son Naturales,** Bogotá. La Red, Tercer Mundo Editores, 1994.
- LAVELL, ALLAN. Comunidades Urbanas, Vulnerabilidad a Desastres y Opciones de Prevención y Mitigación: Una Propuesta de Investigación-Acción para Centroamérica. In: **Viviendo en Riesgo: Comunidades Vulnerables y Prevención de Desastres en América Latina,** Bogotá. La Red, Tercer Mundo Editores, 1994.
- LAVELL, ALLAN. Degradación Ambiental, Riesgo y Desastre, Urbano Problemas y Conceptos: Hacia la Definición de una Agenda de Investigación. *Mimeografiado*, 1995.
- LEONARD, H. JEFFREY (org.). **Meio Ambiente e Pobreza. Estratégias de Desenvolvimento para uma Agenda Comum.** Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1992.
- MASKREY, ANDREW. Comunidad en America Latina Estrategias de Intervención. In: Allan Lavell. **Viviendo en Riesgo: Comunidades Vulnerables y Prevención de Desastres en America Latina.** Bogotá, La Red, Tercer Mundo Editores, 1994.
- METZGER, PASCALE. Degradación Ambiental Urbana y Deastres Ponencia Sobre Paradigmas Existentes. Quito. *Mimeografiado.* 1995.
- NSIAH-GYBAAH, KWASI. Land Degradation and Society in Northern Ghana. In: Michael Redclif and Colin Sage. **Strategies for Sustainable Development.** Toronto. John Wiley & Sons, 1994.
- OFFE, CLAUS. **Problemas Estructurais do Estado Capitalista.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- RAMALHO, DEOLINDA DE SOUSA. A Pobreza, um Problema da Sociedade Moderna: Debate Teórico. In: *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 3, 1992.
- RAMALHO, DEOLINDA DE SOUSA. Imagens de Pobreza, Pobreza de Imagens. A Natureza e a Lógica do Pobre. In: *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 5, 1996.
- STROH, PAULA YONE. As Ciências Sociais na Relação Interdisciplinar do Planejamento Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável. In: Clóvis Cavalcanti. **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável.** São Paulo: Cortez, 1995.
- TASCHNER, SUZANA PASTERNAK. Degradação Ambiental em Áreas de Invasão no Município de São Paulo. In: *Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP.* Vol. 3, 1992.

WILCHER-CHAUX, G. La Vulnerabilidad Global. In: Andrew Markrey. **Los Desastres No Son Naturales**. La Red, Tercer Mundo. Editores, 1994.

YUNÉN, RAFAEL EMÍLIO. Medio Ambiente Urbano: Marco Conceptual. In: **Quiénes Hacen Ciudad? Ambiente Urbano y Participación Popular**: Cuba, Puerto Rico, República Dominicana. SIAP. Cuenca, 1997.

ZALUAR, ALBA. **A Máquina e a Revolta**. São Paulo. Brasiliense, 1985.